

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCJ

No dia 31 de Maio de 2023, às 09h30min na Sala da Comissão de Constituição e Justiça desta casa, com a presença dos Senhores **Deputados (a)** *Dr. Vinícios, João Madison, Gracinha Mão Santa, Severo Eulálio, Hélio Rodrigues, Aldo Gil, Simone Pereira, Ziza Carvalho, Nerinho, Wilson Brandão, Hélio Isaías, Thales Coelho, Simone Pereira* sob a Presidência do senhor **Deputado Francisco Limma** realizou-se a 13ª Reunião Ordinária da CCJ.

ATA: Procedida a leitura da ata a mesma foi aprovada sem retificação.

Ordem do dia:

Dep. Francisco Limma apresentou parecer ao PROJETO DE LEI DE RESOLUÇÃO Nº 07/23 – MESA DIRETORA - Concede autorização ao Governador do Estado, cidadão Rafael Tajra Fonteles, para ausentar-se do país em missão oficial a ser cumprida na Espanha, Alemanha e Inglaterra, no período compreendido entre 08 de junho e 18 de junho de 2023, bem como para Itália, no período entre 27 de junho e 30 de junho de 2023.

Aprovado por unanimidade

Dep. Francisco Limma apresentou parecer ao PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO GOVERNO Nº 33/23 – MENSAGEM Nº 70 - Altera o art. 19-A da Lei nº 5.378, de 10 de fevereiro de 2004; a Lei nº 7.049, de 16 de outubro de 2017; e revoga dispositivos da Lei nº 7.049, de 16 de outubro de 2017, da Lei nº 7.612, de 27 de outubro de 2021, da Lei nº 4.539, de 22 de dezembro de 1992, e da Lei nº 6.910, de 12 de dezembro de 2016.

Aprovado por unanimidade

Dep. Henrique Pires apresentou parecer ao PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 71/23 – DEP. DR. VINÍCIOS – Dispõe sobre a criação e concessão do certificado de “Empresa Amiga da Incusão”

Aprovado por unanimidade

Dep. Henrique Pires apresentou parecer ao PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 97/23- DEP. FABIO NOVO - Dispõe sobre a instituição do Selo "Piauí Território Livre da LGBTQIAfobia" e dá outras providências.

Aprovado por unanimidade

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, que, para constar, foi redigida e digitada a presente ATA, pela Secretária da Comissão de Constituição e Justiça, a qual, depois de lida, achada conforme, aprovada na reunião, vai assinada pelos membros da Comissão na reunião subsequente.

Dep. Francisco Limma
- Presidente da CCJ -